

DOS TROPEIROS E FISCAIS AOS EMPRESÁRIOS VEREADORES E PREFEITOS: RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE ECONOMIA E POLÍTICA (GRAMADO, RS, BRASIL)

FROM TROPEIROS AND INSPECTORS TO BUSINESSMEN, COUNCILMEN AND MAYORS: HISTORICAL RELATIONS BETWEEN ECONOMY AND POLITICS (GRAMADO, RS, BRAZIL)

Daniel Luciano Gevehr¹
Eduardo da Silva Weber²

Resumo: Analisa-se o processo de formação do atual município de Gramado, localizado no Rio Grande do Sul e que é um dos principais roteiros turísticos da América Latina. O estudo problematiza o processo histórico que envolve a formação do seu território. A pesquisa tem uma abordagem que privilegia os aspectos econômicos, políticos e sociais que constituem a formação do município. Através de uma análise crítica das fontes, que se constituem de documentos e obras produzidas por memorialistas locais e de referência sobre a história sul-riograndense e brasileira, que permitem melhor compreender as singularidades da formação histórica de Gramado. A análise dos dados da pesquisa mostrou que Gramado tem suas origens ligadas à presença dos tropeiros e a criação dos primeiros núcleos de povoamento luso, ainda no século período colonial, enquanto que no século XIX se verifica o estabelecimento dos imigrantes alemães e italianos que foram responsáveis pelo desenvolvimento inicial do espaço urbano da cidade. Neste contexto de desenvolvimento da cidade, aparece um complexo processo de formação da vida econômica, política e social de Gramado, que por sua vez, mostra as raízes históricas da *cidade espetáculo*.

Palavras-chave: Gramado. Formação histórica. Economia e política. Cidade.

Abstract: This study analyzes the process of formation of the current municipality of Gramado, located in Rio Grande do Sul and known as one of the main tourist destinations in Latin America. The study problematizes the historical process that involves the formation of the territory that comprises the municipality of Rio Grande do Sul, since the initial period of colonization and immigration from the extreme south of Brazil. The research has an approach that prioritizes the economic, political and social aspects that constitute the formation of the municipality. Through a critical analysis of the sources, which consist of documents and works produced by local memorialists and references on the history of Rio Grande do Sul and Brazil, they allow a better understanding of the singularities of the historical formation of Gramado. The analysis of the research data showed that Gramado has its origins linked to the presence of tropeiros and the creation of the first Portuguese settlements, still in the colonial period, while in the 19th century the establishment of German and Italian immigrants was seen, who were responsible for the initial development of the city's urban space. In this context of the city's development, a complex process of formation of the economic, political and social life of Gramado appears, which in turn shows the historical roots of the spectacle city, which from the second half of the 20th century onwards, showed itself increasingly concerned with tourism and the creation of a spectacular urban scenario, in which the relations established in the economic, political and social fields materialize in the production of the city's space.

Keywords: Gramado. Historical formation. Economy and politics. City.

¹ Daniel Luciano Gevehr: Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, pós-doutorado em história pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Realizou um segundo pós-doutoramento em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É doutor e mestre em história pela UNISINOS.

² Eduardo da Silva Weber: Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, Acadêmico do Curso de História das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT e bolsista de Iniciação Científica da FAPERGS. Integrante do Grupo de Pesquisa (CNPq)

Introdução

O método da micro-história permite identificar e aprofundar o estudo sobre as dinâmicas que constituem o passado (VENDRAME; KARSBURG, 2020). A partir daí se pode melhor compreender os processos que envolvem a formação do espaço no tempo. A micro-história não se restringe a uma redução de escala, mas se apresenta como um método de investigação da história, através do qual se pode identificar e problematizar os diferentes elementos que constituem a dinâmica do processo histórico, que envolve questões sociais, políticas, econômicas e culturais (GEVEHR; VENDRAME; BASSAN, 2021). Através de um estudo com essa metodologia se torna possível compreender as relações que se estabelecem num determinado espaço e que – com um olhar que permite estudar as singularidades do micro – torna possível melhor compreender os personagens, fatos e a narrativas produzidas sobre eles.

Tendo a micro-história como ponto de partida para se pensar a história, essa pesquisa tem como objetivo principal identificar e problematizar os elementos que constituem o processo de formação do atual município de Gramado, localizado no Rio Grande do Sul, Brasil. Essa pesquisa busca contribuir para o entendimento da história da formação do município que no tempo presente se destaca como principal destino turístico do sul do Brasil e que aparece de forma destacada na mídia, sendo identificada como a “Suiça brasileira”. Daí ser fundamental se conhecer e melhor compreender o processo de formação histórica desse espaço localizado no extremo sul do Brasil.

O território que compreende o município gaúcho de Gramado tem sua formação social e política a partir dos séculos XVIII e XIX, quando se inicia o processo de colonização e imigração do Rio Grande do Sul.³ Esse período inicial da formação do espaço que constitui o atual município de Gramado se insere no contexto da tardia inserção do Rio Grande do Sul no território brasileiro – política e economicamente – motivada pelas intensas disputas fronteiriças de Portugal com a Espanha e pela necessidade de subsidiar a lucrativa economia das minas do Sudeste, recém-descobertas. Em meio a esse processo, no caso de Gramado, o tropeirismo⁴ torna-se atividade marcante, atendendo, diretamente, à segunda necessidade e, indiretamente, à primeira.

³ Não se desconsidera, nesse processo histórico, a presença dos povos originários, como os Kaingang e os Guarani, que habitavam a região no período da chegada dos primeiros colonizadores europeus. O que se busca discutir nesta pesquisa é a trajetória de inserção de Gramado na história do processo de formação do espaço sul-rio-grandense e de que forma – mesmo ainda não oficialmente – na história político-econômica sul-rio-grandense e brasileira.

⁴ Tropeirismo, em linhas gerais, consiste no trânsito de tropas (pessoas e/ou animais em movimento) objetivando o transporte e/ou o estabelecimento de relações comerciais e trocas (BARROSO, 2006).

Ainda no século XVIII o Planalto Meridional transforma-se em rota estratégica para os tropeiros, que transitavam entre o Sul pecuarista do Estado e o Sudeste brasileiro das minas e das grandes feiras, fornecendo gado e animais de montaria de um aos consumidores do outro. Seu trajeto era através do chamado “Caminho do Sertão”, aberto por volta de 1734. Esse caminho interligava os dois extremos do sistema econômico mineiro, via Serra. Partindo do Sul, passavam por Viamão e Santo Antônio da Patrulha, seguindo então a São Francisco de Paula e Bom Jesus, em direção a Lages e Curitiba, até chegar a São Paulo. Este foi o objetivo primordial do tropeirismo.⁵

A atividade tropeira serviu – dentre outros propósitos – à exigência de assegurar a posse do território sul-rio-grandense, que desempenhou um papel essencial na formação das fronteiras no período colonial e pós-independência⁶. Isso se deve, principalmente, porque a passagem de tropas foi indiretamente responsável por iniciar núcleos de colonização nas imediações dos caminhos, uma vez que o tropeirismo também exigia certa fixação, mesmo que momentânea, como mostra Barroso (2006 p.172-173), quando afirma que o tropeirismo “[...] determinou o nascimento de nucleações, fundadas pela necessidade de garantir a sua passagem ou estabelecer o fisco e/ou a cobrança das mercadorias em trânsito”. Segundo a autora, desse processo resultou que “[...] nas imediações dos passos dos rios ou dos registros/guardas fiscais arrecadoras (pedágios do tempo colonial), não poucas povoações foram plantadas. Os locais de pousos e invernadas foram articuladores também de povoamento.”

O topônimo “Gramado” revela que o território gramadense, uma ínfima parcela a Sudeste dessa imensidão altiplana, figurava entre os destinos das tropas. Esse fato é consenso entre os memorialistas⁷ locais que, asseguram que, remotamente, havia um vasto “gramado verde”, localizado em área plana e rodeado de árvores e nascentes de água, que deu fama ao território. A partir de então, essa nomenclatura foi incluída no vocabulário dos tropeiros, que utilizavam o local como ponto de repouso e também de referência, ao se chegar a “Gramado.”

O território gramadense foi então uma dessas áreas citadas por Barroso (2006), incluídas no caminho das tropas por sua importância estratégica como local de pouso. Isso justifica-se,

⁵ Sempre que tratarmos dessa temática, utilizar-nos-emos do que foi escrito pela historiadora Vera Lucia Maciel Barroso. A referida autora é especialista no assunto do tropeirismo no Rio Grande do Sul e seus desdobramentos sobre todo o território, que fora pertencente ao município de Santo Antônio da Patrulha, do qual, uma pequena parcela hoje é Gramado (BARROSO, 2006).

⁶ No século XVIII, com o Império Espanhol, e no século XIX, com as nascentes repúblicas dele resultantes, após a independência. Ora num século ora no outro, o território rio-grandense converteu-se em palco de conflitos.

⁷ Concebe-se como “memorialistas”, os historiadores amadores, ou seja, sem formação acadêmica. Apesar disso, eles têm significativa importância na coleta e transcrição de documentos e memórias, embora, muitas vezes, seus escritos estejam repletos de perspectivas consideradas positivistas ou românticas, que cabe, ao historiador acadêmico considerar em suas pesquisas, realizando a devida crítica a essas fontes.

pois, até o primeiro quartel do século XX⁸, o transporte comercial até a Serra Gaúcha era penoso e demorado, necessitando de paradas periódicas ao longo do trajeto. Igualmente, era frequente a busca de novos caminhos, mais curtos, menos tortuosos e com possibilidade de parada.

Como dito anteriormente, o tropeirismo, indiretamente, auxiliará na manutenção da posse do território gaúcho, tendo em vista que os tropeiros também se fixariam (BARROSO, 2006). Isso se deve ao fato de que suas andanças pela Serra Gaúcha proporcionaram a acumulação de um considerável conhecimento geográfico que lhes permitiu estar um passo à frente do restante da população e, assim, chegarem antes na “corrida” das sesmarias⁹. Desse modo, tanto os elementos geográficos como a presença de terras desocupadas, seriam responsáveis pela atração dos primeiros brasileiros, descendentes de portugueses e açorianos, a Gramado, na segunda metade do século XIX.

A mesma autora, sustenta que os locais onde houve percurso de tropas, receberam impulso social, econômico e cultural; sem falar nas alterações da paisagem e na construção de redes de amizade, compadrio e parentesco, possuidoras de múltiplos significados. Ou seja, como diria Lefebvre (2019), houve a *produção social e econômica do espaço* ou, então, a sua *apropriação*, utilizando a expressão de Haesbaert (2004).

A historiografia produzida pelos memorialistas de Gramado considerou que os primeiros a se apropriarem do território gramadense, produzindo seu espaço com atividades econômicas, foram José Manoel Corrêa Filho¹⁰ e Tristão José Francisco de Oliveira¹¹, e suas esposas, Ana Brandina Aurélia do Nascimento¹² e Leonor Gabriel de Souza¹³, respectivamente, além dos filhos de cada casal. Ambos eram tropeiros e descendiam de luso-brasileiros que também foram, como prova-se pela sua genealogia, locais de nascimento e casamento. As cidades presentes nos

⁸ Nesse momento, como veremos a seguir, a ferrovia chegou até a Gramado, facilitando e acelerando os transportes.

⁹ Terras devolutas, isto é, terras públicas desocupadas, que começaram a ser distribuídas pelo governo português, por volta da terceira década do século XVIII, visando a apropriação militar do território rio-grandense. Via de regra, sua extensão era 3 léguas por 1 légua (cerca de 13000 hectares). Tropeiros sedentarizados, juntamente aos ex-militares tornados fazendeiros, foram os grupos preferidos da Coroa para a distribuição dessas terras (PESAVENTO, 1984).

¹⁰ Natural de Lages, SC. Descendente de açorianos e de habitantes de Laguna, SC (OLIVEIRA, 1996). Até onde se sabe, não existem relações de parentes deste com João Correa Ferreira da Silva, idealizador da Ferrovia Taquara-Canela.

¹¹ Natural de São Leopoldo. Descendente de açorianos e de habitantes de Gravataí, Viamão, Laguna e Campos dos Goytacazes, RJ (OLIVEIRA, 2013, p. 37/38).

¹² Natural de Gravataí. Seu pai, de Cotia, SP e sua mãe, de Santo Antônio da Patrulha (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

¹³ Os pais de Leonor possuíam, desde 17/07/1856, terras que, atualmente, abrangem parte do município de Canela e de São Francisco de Paula (OLIVEIRA, 2013, p. 10; OLIVEIRA, 1996). Segundo Cardoso (2006), seu pai era árabe e foi o primeiro morador de Canela.

registros, mostram que seus antepassados estão inseridos numa rede que liga o Rio Grande do Sul ao Sudeste brasileiro, via Serra¹⁴.

Os dois personagens eram tropeiros que se sedentarizaram¹⁵ e se estabeleceram nas imediações “do Gramado”. Construíram ali o “primeiro rancho de tábuas, com madeiras falquejadas” (BLUM, 1987, p. 23) e iniciaram atividades econômicas diversas, como agricultura, pecuária e, sobretudo, extrativismo de árvores como a erva-mate e a gramimunha (BLUM, 1987; PIZETTA, 1973; DAROS, 1993, 2000). Dessa última árvore, retiravam a madeira e a casca, rica em tanino¹⁶, que, após ser posta para secar, era levada no lombo de burros para Taquara, São Sebastião do Caí e São Leopoldo, para ser utilizada nos curtumes (DAROS, 2000; PIZETTA, 1973).

Entretanto, suas atividades econômicas eram realizadas no centro-norte do atual município. Isso, porque, segundo Magalhães (2003), ao sul de Gramado, que coincide com a Encosta do Planalto, já se instalara e apossara-se dessas terras - assim como de outras, em lugares diversos do Vale do Paranhana e Sinos - o Coronel Francisco Alves dos Santos, ora sozinho ora em sociedade com outros, como seus irmãos. O posseiro, além de militar, era político liberal influente na região, durante o período imperial¹⁷.

Como no local havia abundantes pinheiras, a atividade madeireira tornava-se prioritária (FERNANDES, 2008). Assim, em meados do século XIX, Chico dos Santos, como era conhecido, construiu nessas terras uma serraria, deixando como capataz Antônio Moreira, cujo sobrenome, até hoje, manteve-se na nomenclatura do local¹⁸ (BLUM, 1987).

Com a Lei de Terras de 1850¹⁹ exigiu a demarcação de todas essas posses, seja as localizadas ao centro-norte ou sul do atual município de Gramado, elas ficavam afastadas dos

¹⁴ Os dados foram coletados das obras e artigos de Sebastião Fonseca de Oliveira, pesquisador de registros de terras e genealogias, que traz descrições *ipsis litteris* de documentos desse tipo, os quais são importantes para compreender o início do processo de colonização de Gramado.

¹⁵ Conforme Pesavento (1984), os tropeiros sedentarizados, juntamente com ex-militares tornados fazendeiros, foram os grupos preferidos da Coroa para a distribuição de terras.

¹⁶ Substância presente nas plantas. Seu gosto amargo, inibe predadores e microrganismos causadores de doenças. Também age sobre as proteínas da pele animal, impedindo a acumulação de umidade e a putrefação, o que faz com que seja utilizada no curtimento do couro.

¹⁷ Francisco Alves dos Santos era comandante da Guarda Nacional e vereador no extinto município de Santa Christina do Pinhal. Construiu uma imagem de homem público e solidário aos pobres, que lhe permitiu criar uma rede de clientes e beneficiar-se dela nas eleições (MAGALHÃES, 2003).

¹⁸ A localidade de Moreira, atualmente, faz a fronteira Sul entre Gramado e Três Coroas, e divide-se entre os dois municípios, em duas partes. Sobre sua toponímia, existe, ainda, um outro relato que afirma o homem de sobrenome Moreira, que batiza o local, teria sido assassinado, seu corpo amarrado em uma pedra e jogado em algum rio da região. Levando em consideração as características ambíguas das memórias, talvez seja possível que ambas as versões sejam a mesma e complementem-se. Se assim for, o fato revela outra característica da “frente de expansão”, que são os conflitos entre os posseiros (MAGALHÃES, 2003).

¹⁹ Como ficou conhecida a Lei 601 de 18/09/1850. Essa legislação tinha como objetivo o *ordenamento* jurídico da propriedade da terra e, ao mesmo tempo que visava a regularização fundiária das sesmarias já existentes, definia

principais centros urbanos da época, como Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha e São Leopoldo. Nesse sentido, esse fato representa que a frente de expansão também avançou sobre Gramado, em algum momento durante o século XIX. Isso porque sua baixa densidade demográfica e distância dos centros de poder facilitava o apossamento (MAGALHÃES, 2003).

Quando foram registradas, essas terras do sul de Gramado já haviam sido internegociadas por Francisco Alves dos Santos a João Petry, aos irmãos Henrique e Luiz Bier e a José Bernardes da Silva (OLIVEIRA, 1999; 2000; 2013; MAGALHÃES, 2003). Estes, atendendo às disposições da Lei de Terras, solicitaram a demarcação de suas posses nos anos de 1880 e 1881²⁰. Na mesma época, também José Manoel Corrêa solicitou o registro de suas terras, localizadas ao centro-norte, afirmando que a posse era sua desde 1845. Posteriormente, a partir do último quartel do século XIX, todas essas terras foram sendo vendidas para colonizadores alemães e italianos (BLUM, 1987; CASAGRANDE, 2006; OLIVEIRA, 1999, 2013), o que evidencia a etapa seguinte do processo, que é o avanço da “frente pioneira” sobre Gramado.

Cabe ressaltar que tanto a demarcação das terras quanto a sua venda para colonizadores são consequência do contexto histórico nacional e gaúcho. O primeiro ato foi consequência do contexto histórico nacional. Isso porque, a meados do século XIX, o Brasil vinha acendendo, internacionalmente, como um dos maiores produtores de café. A consequência direta disso foi uma reavaliação das políticas de terra e de força de trabalho por parte dos governantes e elite econômica (FORNER; TOZI, 2012). Nesse sentido, o ano de 1850, com a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queirós²¹, é um divisor de águas. Ambas as leis objetivavam resolver cada um desses problemas.

O segundo ato, por outro lado, envolve outra disposição da Lei de Terras, a imigração, que, a partir de então, torna-se política de Estado. Esta oscilaria ora para a colonização ora para a importação de braços para a lavoura. Em São Paulo, por exemplo, houve prioridade para o segundo tipo, no Rio Grande do Sul, por outro lado, predominou o primeiro (IOTTI, 2011).

A colonização por europeus no Rio Grande do Sul visava às terras devolutas do Planalto, das quais já haviam se apossado alguns luso-brasileiros, militares ou tropeiros, que detinham sesmarias, dentre eles o Coronel Francisco Alves dos Santos, José Manoel Correa e Tristão José

terras devolutas e seu acesso por compra no regime da colonização. A terra, antes símbolo de status social, a partir desse momento, começa a ser tratada como mercadoria (GIRON, 1980; SEYFERT, 2007. *Grifo nosso.*).

²⁰ Magalhães (2003) afirma que, embora a lei seja de 1850, a maioria dos proprietários de terras deixou para realizar as medições nas décadas de 1870 e 1880, usufruindo de prorrogações.

²¹ Essa lei “[...] dispunha sobre a criminalização do tráfico de escravos e de sua entrada. A prática comercial de vender seres humanos foi criminalizada pela Lei. O comércio tornou-se ilegal. Com a proibição da entrada de escravos, a busca de mão de obra livre torna-se uma necessidade para a lavoura cafeeira e para a agricultura nacional” (GIRON, 1999, p. 133).

Francisco de Oliveira. Essa colonização iniciara-se em 1824 com a vinda de alemães para São Leopoldo, região da Encosta Inferior. Apesar disso, a intensificação do ritmo dar-se-ia somente na segunda metade do século XIX, sobretudo após 1875, quando chegam os italianos à região da Encosta Superior.

Nessa época, ocorrem mudanças territoriais importantes nos arredores “do Gramado”. A própria colônia de São Leopoldo emancipa-se de Porto Alegre, em 1846, e adquire o status de município (FEE – Fundação de Economia e Estatística). Além disso, nesse mesmo ano, o comerciante Tristão Monteiro adquire a sesmaria de terras às margens do Rio dos Sinos, denominada “Fazenda do Mundo Novo” e transforma-a em Colônia do Mundo Novo²², ao dividi-la em terrenos e vendê-los, sobretudo, a imigrantes alemães (FERNANDES, 2011). Também, à essa altura, Gramado está como um território a norte da Colônia do Mundo Novo. E, após a emancipação de Taquara, em 1886, integrará o território desse município²³. Semelhantes alterações são reflexos do início da urbanização e dinamização econômica, que a colonização europeia conferiu ao Planalto Rio-Grandense. A partir de então, essa região a Centro-Norte do Estado entrará em evidência, em detrimento da região Sul.

Reinheimer (2007), por sua vez, revela que durante a segunda metade do século XIX, quando os transportes ainda eram um problema, a integração geoeconômica proporcionada pela navegação fluvial fará nascer, no Centro-Norte do Estado, uma economia regional, destinada à exportação dos produtos agropecuários coloniais. Nesse sentido, Porto Alegre, por sua localização estratégica onde desembocam inúmeros rios (Jacuí, Sinos, Caí, Taquari e Gravataí), será o mercado consumidor e distribuidor, além de intermediário, fornecendo às colônias mercadorias que não produziam. A consequência foi que “a tendência para o comércio verificada em Porto Alegre reforçou o seu caráter urbano” (REINHEIMER, 2007, p. 38).

Tampouco seria só Porto Alegre a urbanizar-se com o comércio regional. Todas as áreas fluviais do Planalto, que coincidiam com as zonas de imigração, se urbanizariam e cresceriam demograficamente pela integração geoeconômica com a capital. Como demonstra Reinheimer (2007): “Em todas as áreas aqui estudadas [...]. Essas atividades, produção agrícola e transportes, colaboraram com a expansão da ocupação, proporcionando o surgimento de núcleos populacionais e urbanos” (REINHEIMER, 2007, p. 36/37).

²² Esse projeto colonizador está nas origens da cidade de Taquara, abarcando, ainda, os territórios dos atuais municípios de Igrejinha, Três Coroas e pequena parcela ao sul de Gramado.

²³ A emancipação de Taquara, de Santa Christina do Pinhal, e a futura extinção do segundo, marcam a decadência da hegemonia política liberal na região, encabeçada pelo Coronel Francisco Alves dos Santos.

Entrementes, o território gramadense, representava, ainda, uma grande área rural - mesclada de campos e florestas – praticamente intocada pelo ser humano, mas que já possuía uma dinâmica pela passagem de tropeiros e presença de certos posseiros, que criavam gado, praticavam a agricultura e praticavam o extrativismo dessas matas. Ao mesmo tempo, estava rodeado de zonas de imigração alemã e italiana, que, ligadas a Porto Alegre pela navegação fluvial, tornavam-se, aos poucos, bolsões de urbanização, cada vez menos isolados.

Apesar da colonização tardia, desde o início, Gramado mostrara-se um local estratégico. Não demoraria muito para que também estivesse ligado a Porto Alegre, abastecendo a capital de alguma forma. Os tropeiros conhecedores dessa geografia, desde cedo notaram a presença de atrativos naturais de considerável valor econômico para o comércio regional. Novamente, o espaço, enquanto é produzido, interfere na sua produção (LEFEBVRE, 2013). Após sua produção, a etapa seguinte seria a fixação e reivindicação da posse como o fizessem Tristão de Oliveira e José Manoel Corrêa Filho. Principalmente, tendo em vista que a colonização estava cada vez mais próxima e, como vimos, ocorriam mudanças políticas importantes nos territórios circunvizinhos.

Esse território, que, num primeiro momento, ficava na mesma direção geográfica e próximo do último lote da zona norte da Colônia do Mundo Novo²⁴, fará após emancipação de Taquara, em 1886, a fronteira norte desse município. Nele, os dois *compadres* tropeiros se estabelecerão, atendendo ao comércio regional através da prática do extrativismo vegetal de árvores como a gramimunha e a erva-mate, que tinham mercado exportador na região da capital. Esse fato é revelado pelo depoimento de Alfredo Alves de Moraes, de 80 anos, neto de Tristão de Oliveira, registrado na obra de Cardoso (2006) e que permite fazer tal afirmação.

De amigos, os dois colonizadores teriam sabido da existência de um mercado internacional, de casca de árvores ricas em tanino como a gramimunha, inexistentes na Europa. Além do mais, também havia grande exportação de erva mate para extrair tintura e chá. Diante disso, os dois teriam subido a Serra para “provar a casca das árvores”, uma vez que “aquelas que apertassem a boca, eram de boa qualidade para a produção de tanino”. Após, levar os extratos naturais, faziam como afirma Reinheimer (2007): traziam de volta aquilo que não era produzido, nesse caso, “açúcar, farinha, café” (MORAES *in* CARDOSO, 2006, p. 21).

²⁴ Pertencente ao luso-brasileiro, Polidoro Pereira Dias, conforme mapa e transcrição do Censo de Tristão Monteiro, datado de 1854, presentes em Engelmann (2005 p. 193, 225). Este, é citado pela historiografia local como sendo um dos primeiros habitantes a chegar à localidade de Moreira (PIZETTA, 1973). Este, era casado com uma tia do futuro intendente de Taquara, Diniz Martins Rangel, que era filho do líder conservador de Santa Christina do Pinhal, João Martins Filereno (OLIVEIRA, 2013; ENGELMANN, 2005). Nesse sentido, não descartamos a existência de conflitos entre Polidoro Pereira Dias com seu vizinho, o Coronel Francisco Alves dos Santos, que, além de liberal, também possuía terras nas proximidades.

Assim, procurando realizar uma leitura crítica do processo, à luz da teoria lefebvriana, percebe-se que pelo vaivém do transporte de mercadorias, o espaço geográfico de Gramado, que antes era rural e ainda pouco produzido, foi sendo moldado para o Capitalismo. Num primeiro momento, pela navegação fluvial (REINHEIMER, 2007) e pelas picadas, com o auxílio de animais de cargas. Depois, pelas estradas, através de carroças e, em seguida, pela ferrovia (ROCHE, 1969).

Percebe-se, nesse contexto, que o espaço moldado pelos transportes não é mais espaço isolado. Logo, não demoraria para que um território como esse, ainda pouco explorado, chamasse atenção de imigrantes, como veremos mais adiante. Primeiramente, veio outra leva de luso-brasileiros e, depois, os teuto-brasileiros e ítalo-brasileiros, previamente estabelecidos nas colônias de Caxias do Sul, Nova Petrópolis e São Leopoldo, localizadas a Norte, Oeste e Sul de Gramado, respectivamente. Uma vez chegados, a partir do último quartel do século XIX, dariam início aos primeiros traços de urbanização. Esta última, aqui percebida por nós, através da ótica da Sociologia e Geografia Urbana, que a concebem do ponto de vista da transformação social e espacial irreversível.

O Capitalismo, de acordo com Lefebvre (2013), não é, desde o início, ordenador do território. É somente após a modelagem e produção do espaço pelos transportes e a intensificação do movimento e dos fluxos populacionais que se torna necessário dominá-lo e organizá-lo politicamente conforme os objetivos desejados, seja na escala nacional ou local, através das cidades. Para que isso ocorra, porém, será necessária a aliança entre sistema capitalista e poderes políticos. E é somente nesse momento, que ascendem novas forças políticas a nível nacional e estadual, capazes de fazê-lo.

Segundo Pesavento (1984), no Rio Grande do Sul, assim como no Brasil como um todo, paralelamente à transição econômica para o Capitalismo, ocorreu a transição política para a República. Em contrapartida, como região fronteira, esse Estado possuía especificidades, materializadas no dualismo geográfico. Desse modo, enquanto no Império predominou politicamente o Sul pecuarista, na República o eixo de importância deslocar-se-á para o Centro-Norte, havendo, como consequência, um rearranjo das forças políticas (FÉLIX, 1996).

No Centro-Norte do Estado, localizavam-se as zonas de colonização alemã e italiana, onde ascenderam socialmente, desde o Império, novas camadas sociais médias, que praticavam atividades econômicas diversificadas, como a agricultura, o comércio e a indústria. Porém, como suas demandas por representação e autonomia política, além de melhora dos transportes, haviam sido ignoradas, esses grupos sociais resolveram optar pela mudança, aderindo ao PRR – Partido Republicano Rio-Grandense (PESAVENTO, 1984). Convém pontuar que esse apoio não seria

de todo espontâneo, necessitando além de propaganda intensa, da apropriação e uso político da estrutura de relações sociais e dominação preexistente (FÉLIX, 1996).

As fontes e o percurso metodológico

A pesquisa se caracteriza pela sua abordagem qualitativa. Os seus objetivos permitem-nos afirmar que será, ao mesmo tempo, de caráter exploratório, descritivo e explicativo. E do ponto de vista dos procedimentos, envolve análise documental e bibliográfica à luz do quadro teórico. Utiliza-se a documentação histórica presente no Arquivo Público do município, que vai desde documentos escritos e iconográficos diversos, até cartografia, jornais e videoteca. Para abordar os elementos históricos de Gramado, se utiliza, principalmente, depoimentos, fotografias, mapas e transcrições de documentos escritos, em geral, que estão presentes nas obras dos pesquisadores e/ou memorialistas locais, como Marília Daros, Iraci Casagrande Koppe, Gilberto Drecksler, Mario Pizetta, Sebastião Fonseca de Oliveira, Germano Marcolino Blum, entre tantos outros, presentes nos vários volumes da obra conhecida como “Raízes de Gramado”.

O assunto, tratando-se de um processo histórico recente e ainda em andamento, se inscreve nas linhas de pesquisa da História do Tempo Presente, campo relativamente novo, que é oriundo dos *Annales*, e ainda suscita debates. Sua concepção advém de poucas décadas atrás, todavia já era praticada de forma secundária, desde os primórdios, pelos historiadores do movimento. Marc Bloch (2002), um dos fundadores, em seu *Apologia da História*, manual sobre o ofício do historiador, deixara claro a intrínseca relação existente entre passado e presente, afirmando ser o conhecimento de um, essencial para a compreensão do outro.

As singularidades desse campo historiográfico, conforme pontua Ferreira (2011), envolvem a análise de um período histórico com limites temporais móveis, a valorização do evento, da incerteza e da aceleração da história, do historiador como também testemunha e ator, na superabundância de fontes, na obrigação de lidar com as “demandas memoriais” e identitárias e também na necessidade de reescrita constante, por meio de acréscimos, revisões e correções. Perante a possibilidade que o historiador tem de ser testemunha e ator, utilizaremos relatos e fontes de nossa própria memória individual, de nossa memória familiar e outras informações adquiridas através de conversas informais.

Dentre as exigências metodológicas da História do Tempo Presente, está a interdisciplinaridade, por isso dialoga-se principalmente com a Sociologia e a Geografia, se utilizando aportes teóricos próprios dessas duas ciências humanas. Além disso, esse campo historiográfico compreende a necessidade de fazer cronologias antes de analisar o conteúdo, valorizar os períodos de ruptura, os eventos políticos e utilizar fontes orais (FERREIRA, 2011).

Assim, com o intuito de tornar mais compreensível a análise das fontes, se deve, além de contar com o auxílio do quadro teórico, inter-relacionar ambos com a bibliografia existente sobre o tema, para que proporcionem, assim, respostas satisfatórias à problemática da pesquisa.

As relações históricas entre economia e política na formação de Gramado

Os pesquisadores e memorialistas locais, sobretudo, Sebastião Fonseca de Oliveira e Marília Daros, divergem entre si, em relação ao início da colonização de Gramado pelos dois tropeiros luso-brasileiros. O primeiro diz que José Manoel Corrêa Filho chegou antes, enquanto que, a segunda, afirmava que o pioneiro foi Tristão de Oliveira. Ademais, em todas as obras historiográficas locais, são poucas as referências ao Coronel Francisco Alves dos Santos, que fora proprietário de grande parte das terras ao sul do município. O fato desse posseiro ser pouco citado, reflete as disputas políticas do período de transição do Império para a República, quando os republicanos, uma vez vitoriosos, promoveram o “esquecimento” da memória das lideranças anteriores. Assim, partindo do que os dois pesquisadores e memorialistas locais afirmam, e tomando outras informações, sobretudo aquelas apontadas por Magalhães (2003), propomos aprofundar essa faceta dos primórdios dos enlaces entre economia e política no local, que revelam muito do início do ordenamento territorial desse espaço.

Sem excetuar a presença do Coronel Francisco Alves dos Santos ao sul, desde meados do século XIX, acreditamos que o primeiro a chegar ao centro-norte do município foi José Manoel Corrêa Filho, uma vez que a documentação apresentada por Oliveira (1996;1999; 2013), composta de genealogia e registros de terras, é mais consistente se comparada às informações trazidas por Marília Daros. Corrêa Filho, após adquirir a posse, teria fixado residência na localidade de Linha Nova, abarcada por suas terras, e que se localizava nas proximidades da colônia italiana de Caxias.

Durante a Revolução Federalista (1893-1895)²⁵, a família Corrêa, estabelecida em Linha Nova, pertencia ao lado revolucionário dos maragatos²⁶. Essa última afirmação prova-se, também, por Limberger (2000), que afirma que o padre Theodor Amstad²⁷ teria visitado o local

²⁵ Consistiu numa luta armada coronelista, onde disputavam, de um lado, os que estavam no poder no momento: a minoria de republicanos castilhistas oriundos do Centro-Norte, liderados por Júlio de Castilhos, que eram conservadores, autoritários e de inspiração positivista; enquanto que, do outro lado, estavam os alijados do poder: os gasparistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, compostos, sobretudo, pelos antigos liberais do Império (agora federalistas), coronéis estancieiros do Sul e dissidentes do PRR, opositores de Júlio de Castilhos.

²⁶ Como também eram conhecidos os gasparistas.

²⁷ Padre jesuíta suíço, que chegou ao Brasil em 1885. Foi pároco da freguesia de São Lourenço Mártir (última paróquia criada pelo Império, em 28/06/1889), de Linha Imperial (atual município de Nova Petrópolis), então localizada no município de São Sebastião do Cai. Sua jurisdição era sobre imensa região, incluindo parte de Gramado (LIMBERGER, 2000).

e entrado em contato com essa família de maragatos. Ademais, o mesmo sacerdote, também estivera em Moreira, onde se estabeleceram os igualmente revolucionários da família Leão.

Nesse contexto, Gramado era um território de fronteira, recebendo influências de todos os acontecimentos que se desenrolavam em suas imediações, a sul e a norte. Linha Nova, a norte, onde estavam os Corrêa, recebia influências da zona de colonização italiana na Encosta Superior do Planalto, sobretudo Caxias, onde a transição republicana também fora conturbada, com grande adesão federalista por parte dos imigrantes, sobretudo liderados por Belizário Batista de Almeida Soares e José Nicoletti Filho (GIRON; BERGAMASCHI, 2001). E Moreira, ao sul, onde estavam os Leão, recebia influências liberais do Coronel Francisco Alves dos Santos, antigo posseiro e explorador madeireiro daquelas terras. Além disso, não se descarta a possibilidade do próprio José Manoel Correa Filho ter recebido influências políticas liberais do Coronel Francisco Alves dos Santos, uma vez que chegaram mais ou menos na mesma época e suas terras encontravam-se no centro do território.

Diante disso, se acredita que Tristão de Oliveira veio pouco depois, por volta de 1882 (OLIVEIRA, 1999), mas não por acaso. Além de seu sogro possuir terras nas proximidades, Oliveira (1999) traz a informação de que seu padrinho de batismo e de casamento foi Tristão José Monteiro e que até seu nome teria sido inspirado nele. Ademais, seria delegado pelo intendente de Taquara, Diniz Martins Rangel²⁸, a função de “Guarda de Quarteirão” ou “Inspetor de Seção” (DAROS, 1993; CARDOSO, 2006), objetivando o controle das “descidas para trocas de mercadorias, em Taquara, Parobé, Santa Cristina, Santo Antônio, São Leopoldo, a volta com rapaduras, cachaça, cereais, cana, doces e o contato para instruções [...]” (DAROS, 1993, p. 54).

Portanto, a chegada do colonizador Tristão de Oliveira envolve a aquisição de caráter estratégico por parte desse território. Primeiramente, um espaço como esse cada vez mais tornado produto social, através dos transportes e da migração, e que se encontrava à considerável distância da sede municipal de Taquara (em torno de 50km) não poderia ficar desprovido de monitoramento e arrecadação fiscal – isto é, não podia deixar de ser dominado politicamente. Em segundo lugar, era inconcebível a presença de adversários políticos. E para resolver a questão, ter um tropeiro a seu lado e estabelecer redes sociais de amizade, compadrio e parentesco, foi peça-chave.

²⁸ Daros (2000) relata que este chama Tristão de Oliveira de “compadre” e possuía grande confiança nele. Outro dado curioso, que percebemos nas genealogias transcritas por Oliveira (2013), é que Diniz era parente tanto de Tristão, quanto de sua esposa, Leonor: a avó materna de Diniz, a avó paterna de Tristão e o avô materno de Leonor eram irmãos.

Kühn (2006) analisa as relações entre família e poder no processo de formação da sociedade sul-rio-grandense. Seu objetivo é compreender em conjunto as redes sociais, as relações de parentesco, residência e vizinhança, além das estratégias matrimoniais e dos sistemas de herança, assim como o papel dos vínculos de amizade e solidariedade. Para ele, em muitos casos, esse “universo de sociabilidade em que se inseria o indivíduo” (KÜHN, 2006, p. 226) representava um “instrumento de formação de alianças econômicas e políticas” (KÜHN, 2006, p. 232). Em relação a Gramado, isso não foi diferente, o que se mostra pela atitude de Diniz Rangel em colocar um de seus parentes, primeiro para apropriar-se economicamente e, depois, para fiscalizar um território longínquo onde havia adversários políticos.

A hegemonia do PRR, porém, no governo gaúcho consolidar-se-á somente após a Revolução Federalista (1893-1895), a mesma que teve partidários em Gramado. A partir de então, esse partido dominará o cenário político do Estado com “mãos de ferro”, durante toda a República Velha, até 1930. Félix (1996) defende que a manutenção do PRR no poder por tanto tempo, deveu-se, em primeiro lugar, à sua estratégia centralizadora de cooptar as bases locais, alterando a relação poder local/poder estadual, por meio da integração inconsciente dessas lideranças locais à estrutura partidária. Em segundo lugar, porque se tornou representante dos grupos sociais emergentes, como os novos setores rurais do Litoral e Serra e das camadas médias urbanas, como profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos. Em terceiro lugar, porque sua base ideológica valorizava o município, mantendo, diga-se de passagem, a sua autonomia assegurada. E, por fim, através das fraudes eleitorais.

Foi durante esse contexto de deslocamento do eixo econômico para o Centro-Norte do Estado, emergência de novos grupos sociais e rearticulação política, que o município de Taquara se emancipou e adquiriu posição hegemônica na região. Em concomitância a isso, o PRR vai esmagando suas resistências oposicionistas, como o Coronel Francisco Alves dos Santos e se consolidando (MOSSMANN SOBRINHO; REINHEIMER, 2011). Isso também o faz em Gramado, porque tanto José Manoel Corrêa Filho quanto um de seus filhos, cujo nome era Antônio José Corrêa, além de um membro da família Leão, chamado Leoncio Leão, teriam sido mortos durante a revolução (DAROS, 2008; OLIVEIRA, 1996; 2013).

Após a apropriação econômica, não demoraria muito para que também comesçassem as primeiras investidas de dominação política sobre Gramado, visando o ordenamento territorial. Primeiramente, dadas proporções da produção social do seu espaço, através dos transportes e da migração - um processo que àquela altura era sem volta. Em segundo lugar, pela sua localização estratégica, fazendo a fronteira norte no município. E, por fim, em decorrência do aumento populacional, que representava também maior contingente eleitoral para o PRR. Assim, a 10 de

novembro de 1904, o território atinge o status de Quinto Distrito de Taquara, sendo Linha Nova a sede (BLUM, 1987; DAROS, 1993) – justamente a localidade que, antes, fora um covil de maragatos.

Como subintendente foi nomeado o Major José Nicoletti Filho²⁹, segundo Zatti (1999) por convite do próprio Borges de Medeiros³⁰, como aparece em carta transcrita³¹. A propósito, o 1º Suplente de subintendente seria o próprio Tristão de Oliveira (BLUM, 1987; DAROS, 1993, 2000). Percebe-se aqui que o PRR estava a par dos acontecimentos e também encontrou meios de lançar suas redes de poder sobre Gramado, que já estivera repleta de opositores. Primeiramente, torna subintendente Nicoletti, um italiano que falava a mesma língua da maioria da população da sede, esta que vinha em sua maioria da zona colonial de Caxias, onde ele próprio fora líder influente antes de trocar de lado político. Em segundo lugar, o suplente é um dos mais antigos moradores, que, além disso, era parente do intendente do município e já recebera dele a função de fiscalizar o território. Ademais, Daros (1993; 2000) aponta que na casa de Tristão foram realizadas a maioria das reuniões políticas, assim como as eleições, e que ele era referência nos assuntos comunitários.

Os interesses das lideranças políticas do PRR em Gramado, mostram-se também no precoce estabelecimento do Cartório de Registro Civil, ainda em 1904, que ficaria, em seguida, nas mãos de João Leopoldo Lied, nascido em São Leopoldo, e amigo tanto do subintendente, Major Nicoletti, como do intendente, Diniz Rangel (BLUM, 1987; PIZETTA, 1973). Semelhante fato, possibilitava o controle de quem nascia e casava-se no local e, conseqüentemente, de quem era (ou não era) aliado político.

De acordo com a mesma carta transcrita por Zatti (1999), Nicoletti teria sido enviado provisoriamente por Borges de Medeiros à Linha Nova em 1904, até que escolhesse um lugar definitivo para a sede do Quinto Distrito de Taquara. A escolha teria demorado cerca de oito anos e a carta seria para sinalizar a confirmação. Quatro meses após a carta, em 17 de janeiro de 1913, pelo ato nº 139, a sede do distrito é transferida (BLUM, 1987; PIZETTA, 1973; DAROS, 1993) para onde está o centro da cidade atualmente: “no Gramado”, nas proximidades de onde se estabeleceu o antigo núcleo pioneiro. A partir daquele momento, a população de Linha Nova transfere-se quase que totalmente para a sede definitiva, como se prova pelos registros de compra de terras, e o desenvolvimento urbano ocorreu rapidamente (DAROS, 1993; OLIVEIRA, 2013).

²⁹ Imigrante italiano. Ex-combatente da Revolução Federalista, que entrara como maragato e saíra como republicano. De 1893 a 1904, foi delegado de polícia em Taquara (ZATTI, 1999).

³⁰ Presidente do Rio Grande do Sul, de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928.

³¹ Documento do Major Nicoletti endereçado a Borges de Medeiros, datado de setembro de 1912. Quem transcreve é um de seus netos, na obra conhecida como “Raízes de Gramado”.

Enquanto Gramado ascendia ao status de Quinto Distrito de Taquara, com sede e administração própria, o PRR já vinha cumprindo sua promessa de resolver o maior empecilho ao progresso das zonas de colonização: a falta de transportes adequados. Um ano antes, em 1903, a ferrovia chegara a Taquara e não demoraria também a chegar a Gramado, intensificando a urbanização e consolidando seus rumos em direção ao turismo.

Conforme Pesavento (1979; 1984) a ideologia político-administrativa do PRR, o positivismo³² historicamente fora defensor da sociedade burguesa e do desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, os positivistas acreditavam que somente conservando e melhorando essa ordem social, a sociedade seria conduzida ao progresso. Porém, a falta de transportes adequados era uma barreira à ascensão burguesa e à implantação do capitalismo no Estado.

A partir de então, fundem-se política e economia, através da montagem de um aparato estatal administrativo e burocratizado, que interviria eliminando tudo que impedisse o setor privado de lucrar. Nesse sentido, as principais ações do Estado foram o investimento em infraestrutura, sobretudo ferrovias e portos, e a promulgação de decretos e leis, que forneciam privilégios, tais como incentivos fiscais (PESAVENTO, 1979).

A modernização será a principal bandeira dos políticos do PRR para captar a simpatia dos grupos sociais emergentes, ligados à agricultura, à indústria e ao comércio. Nesse aspecto, no interior da vida municipal, o coronel será o principal intermediador do desenvolvimento (FÉLIX, 1996). À época, a principal característica da modernização será a urbanização, tendo o trem como vetor do progresso urbano. Tal meio de transporte, então, tendo em vista a assertiva de Lefebvre (2013), iniciará uma nova e decisiva fase na organização do espaço gramadense para o Capitalismo.

Percebe-se essa influência dos mandantes locais no desenvolvimento na mesma carta do Major Nicoletti a Borges de Medeiros, transcrita por Zatti (1999), na qual consta, que o coronel João Corrêa³³ teria procurado o subintendente, em 1911, para mostrar o local “[...] por onde deveria passar a estrada de ferro que pretendia construir de Taquara a Canela. Passeando nós dois a cavalo aqui em Gramado, paramos, e eu disse-lhe que este era um dos pontos por que a estrada deveria passar, por ser

³² Doutrina proposta pelo francês Augusto Comte, na primeira metade do século XIX. Fruto do contexto histórico pós-Revolução Industrial e Revolução Francesa, foi uma das primeiras interpretações políticas dessa nova sociedade em formação. Ao conceber a Política como Ciência, defendia o Estado Tecnocrático, por meio do qual, em nome da Economia, a sociedade seria governada por técnicos e cientistas. Essa forma de governo, aplicada no Rio Grande do Sul, de 1889 a 1930, e no governo federal, de 1964 a 1985, tendo como lema a *Ordem* e o Progresso, era aquela da qual Henri Lefebvre foi crítico severo, justamente por tirar da sociedade a genuína produção do espaço e destiná-la a um pequeno grupo de planejadores. Nesse sentido, as reflexões lefebvrianas são bastante caras a nosso trabalho, pois criticam aquilo que, empiricamente, ocorreu no tempo e espaço que analisamos.

³³ Refere-se ao político e empresário João Corrêa Ferreira da Silva, que encabeçou a construção da ferrovia Taquara-Canela.

o ponto mais baixo da cordilheira da Serra do Mar com a Serra Geral” (NICOLETTI, 1912 in ZATTI, 1999, p. 41). Em 1919, o trem chegou a Gramado, na zona periférica ao sul, denominada Várzea Grande. E, por fim, em 1921, chegou à sede do Quinto Distrito. Doravante, o local que era descrito como repleto de “banhados e matas virgens” vai adquirindo, paulatinamente, nas imediações da ferrovia, feições consideradas modernas.

De acordo com Kern (2006, p. 26), “o trem não foi somente um meio de transporte que encurtou as distâncias, mas estimulou as relações sociais, aumentou a produção, dinamizou o mercado, transformando o meio por onde passava em vários aspectos”. No caso específico de Gramado, através desse meio de transporte, seria possível, agora, interligar-se ao comércio regional, encabeçado por Porto Alegre, do qual trata Reinheimer (2007). Ademais, houve estímulo às relações sociais no sentido da intensificação do fluxo de visitantes, dinamizando uma economia voltada para o turismo, por meio da qualificação e quantificação da tendência hospitaleira, preexistente e legada do tropeirismo.

Em relação às transformações da estrutura hospitaleira do local, em decorrência do trem, afirma Casagrande (2006), que, ainda em 1918, a antiga pensão Bertolucci, transformar-se-ia em Hotel Bertolucci, o primeiro hotel de Gramado. Na década de 1930, surgiria o Hotel Fisch e, na década seguinte, os hotéis Candiago e Sperb. Os quatro hotéis ficavam em sequência na Avenida Borges de Medeiros (BEHREND, 1999). Até mesmo na localidade ao sul, chamada Várzea Grande, distante 7km da sede, onde o trem chegou primeiro, houve a abertura de um hotel: o Hotel Casagrande.

Na década de 1920, já num contexto estadual de contestação política do borgismo³⁴ (FÉLIX, 1996), um dos líderes do movimento contestatório, Assis Brasil, visitou Gramado, denominando o local de “Suíça Brasileira” (BLUM, 1987; KOPPE, DRECKSLER, 1993; PIZETTA, 1973). O político gaúcho teria vindo a convite do comerciante local “assissista”, Pedro Benetti, que o recebeu em sua casa comercial, de onde, da sacada, teria discursado e saudado seus simpatizantes, conforme fotografia (KOPPE; DRECKSLER, 1993).

A vinda de Assis Brasil a Gramado revela dois aspectos da história dessa cidade: o enriquecimento de alguns indivíduos e suas famílias e o seu envolvimento político. Cabe ressaltar, que, essa época, de decadência do PRR, é marcada pela tomada de consciência política, por parte dos alemães e italianos, que cresciam numericamente, intensificando-se o lançamento de candidaturas de pessoas dessas etnias a cargos municipais (GERTZ, 2002).

³⁴ Relativo ao período de governo e estilo político típico de Borges de Medeiros, cuja imagem desgastava-se pela manutenção do poder, ocasionando em suspeitas até por parte de seus antigos partidários.

Mosè Bezzi, imigrante italiano já previamente estabelecido em Gramado, soube, antecipadamente, do traçado da ferrovia, e adquiriu terras num dos locais incluídos no mapa. Instalou, então, sua casa comercial, disposta de tal modo que ficasse frente a frente com a estação ferroviária de Várzea Grande, que seria construída em breve. Nas imediações da ferrovia, pôde construir um verdadeiro complexo econômico, composto também de açougue, depósito de produtos e indústria de vinhos e licores artesanais, assim como uma pequena usina hidrelétrica. Bastante conhecido na região, além de intermediário dos colonos na aquisição de artefatos que não produziam, tornou-se uma referência nos assuntos financeiros, concedendo créditos e empréstimos. Ademais, também se beneficiou da intensificação do fluxo de turistas à Serra, uma vez que, no momento da parada do trem ou período de estadia no Hotel Casagrande, que ficava nas proximidades, dirigiam-se ao seu armazém e cantina, para degustar os produtos. Tudo isso contribuiu para a sua chegada ao cargo de Conselheiro³⁵, pelo Quinto Distrito de Taquara, nas eleições de 21 de outubro de 1928, conforme informação coletada por Casagrande (2006).

A vida urbana: política, sociedade e a teia de relações em Gramado

Assim, até o final da década de 1930, o desenvolvimento urbano já era tamanho a ponto de Gramado já possuir, além dos hotéis citados, agência de correios (1918), escritório do Banco Nacional do Comércio (1918), iluminação elétrica (1920), escola católica (1926), cinema (1929) grupo escolar (1930), farmácia (1930), Igreja Matriz São Pedro (1935), hospital (1937), um Café (precursor dos Cafés Coloniais), três casas comerciais e três indústrias artesanais (vime/móveis, vinho e bebidas diversas). Todos esses aspectos possibilitaram que o local fosse elevado ao status de Vila, pela Lei Estadual nº 7199, de 31 de março de 1938 (BLUM, 1987; PIZETTA, 1973).

Esses dados quantitativos, anteriormente citados, revelam que o trem enquanto meio de transporte modelador e produtor do espaço, além de intensificador do movimento e dos fluxos populacionais (LEFEBVRE, 2013), deu o pontapé inicial à urbanização de Gramado, tendo em vista que direcionou transformações sociais e espaciais profundas e irreversíveis (STROHAECKER, 2007), como prevê a Geografia e Sociologia Urbana.

O que se afirma, anteriormente, revela o desenvolvimento urbano de Gramado do trem. Isso, porque a inclusão do território do então Quinto Distrito de Taquara ao traçado da ferrovia deu mais um passo na sua integração à economia regional e produziu o seu espaço urbano com hotéis, casas comerciais, cinema, café e indústrias artesanais. Os seus proprietários ascenderão socialmente e tornar-se-ão a elite local e entrarão para a política, visando otimizar os ganhos.

³⁵ Cargo existente na República Velha, semelhante ao de vereador, atualmente.

Tamanho fora o progresso proporcionado pelo trem, que a elite econômica e política, com interesses em jogo, decidiu que já é possível desenvolver-se de modo independente de Taquara. Em 1948, ocorre, então, a primeira tentativa de emancipação da Vila de Gramado, a qual, porém, falha. Esta veio, de fato, em 1954, através da Lei Estadual nº 2522 (BLUM, 1987).

Portanto, a urbanização foi acompanhada do enriquecimento de alguns grupos econômicos e da evolução do território em status político, permitindo aos primeiros ocuparem cargos de destaque no poder público. Uma vez constituído o município, o entrelaçamento da elite econômica com a política, será uma constante no tempo. Semelhante fato, é possível constatar no quadro abaixo, elaborado a partir de dados biográficos de vereadores e prefeitos de Gramado, totalizando 132 indivíduos (130 homens e 2 mulheres), eleitos durante os primeiros cinquenta anos de emancipação política, e que estão presentes na obra intitulada “Memória Legislativa da Câmara de Vereadores de Gramado”, organizada por Maria Aparecida Wolff Cardoso (2006):

Tabela 1 – Profissões dos prefeitos e vereadores de Gramado (1954-2004)

PROFISSÃO	QUANTIDADE
Empresário	56
Comerciante	20
Alto Funcionário de Empresa	8
Professor	7
Agropecuário	4
Advogado	3
Funcionário Público	3
Motorista	3
Agrônomo	2
Arquiteto	2
Médico	2
Bancário	1
Jornalista	1
Policia	1
Publicitário	1
Sindicalista	1
Não informado/Não Especificado	17

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Cardoso (2006).

A partir desse quadro se percebe que predominou, durante toda a história do município, o engajamento político de pessoas ligadas a empresas, seja proprietários ou altos funcionários. Em segundo lugar, estão os comerciantes, e se pensarmos um estabelecimento comercial enquanto empresa, teremos mais da metade dos políticos do município, ao longo do tempo como empresários. As profissões liberais (professor, advogado, motorista, agrônomo, arquiteto, bancário, jornalista, policial e publicitário) estão em terceiro lugar. Por fim, tem-se o setor

agropecuário, ao qual também se relaciona o sindicalista citado, e cujos outros integrantes também poderiam ser incluídos às categorias de comércio e empresas, uma vez que a atividade não era somente para a subsistência.

Para tratar, especificamente, dos casos dos empresários, elaboramos a outra tabela abaixo, contendo a quantidade de proprietários com envolvimento político, correspondentes a cada ramo (quando informado). Por meio dela, mostram-se traços predominantes da economia local em determinadas épocas e quais ramos de empresas dominaram o cenário político a cada tempo.

Tabela 2 – Quantidade de políticos para cada ramo de empresa

Ramo	Nº de proprietários políticos
Móveis	9
Construção	7
Calçados	5
Hotelaria	4
Açougue/Embutidos	3
Metalúrgica	3
Transportadora	3
Artesanato	2
Gráfica	2
Malharia	2
Olaria	2
Restaurante	2
Bar	1
Chocolate	1
Doces	1
Madeiraira	1
Queijaria	1
Serralheria	1

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados de Cardoso (2006).

Pode-se afirmar que através dos mesmos dados biográficos trazidos por Cardoso (2006), que pouco mais de trinta famílias dominaram o cenário político de Gramado, nos últimos cinquenta anos – ou até mais, em alguns casos. Foram frequentes os casamentos dessas famílias entre si e algumas chegam a ter membros de três ou quatro gerações na política.

Como já mencionado anteriormente, a partir da perspectiva de estudo de Barros (2007), onde se fundem, na cidade, a dimensão econômica e a política: a economia é o vetor do desenvolvimento urbano através da política. Assim sendo, se busca mostrar, ao longo dessa segunda parte do primeiro capítulo, como desde o início da colonização de Gramado, foi estreita a relação entre economia e política. A começar pelos dois tropeiros luso-brasileiros, que iniciaram a colonização, passando por comerciantes, ítalo ou teuto-brasileiros, até chegar a alguns empresários que se tornaram prefeitos, após a emancipação de Taquara. Esse

envolvimento político dos grupos econômicos predominantes, conferir-lhe-á o poder para ordenar o espaço urbano, conforme seus objetivos.

Gramado foi colonizada, inicialmente, por luso-brasileiros, depois por teuto e ítalo-brasileiros, que foram crescendo economicamente e engajando-se na política. Apesar disso, é importante concebê-los como personagens, cujos antepassados deslocaram-se da Europa para o Brasil, do Brasil para o Rio Grande do Sul e, por fim, para o local onde nasceu Gramado. Como migrantes, trouxeram consigo sua cultura fundante do país de origem, a qual foi se transformando, em decorrência daquilo que foram conhecendo dos novos territórios por onde passavam. O resultado disso, é um novo produto cultural, híbrido. Uma vez progredindo economicamente e chegando ao poder político, esses grupos não deixarão de advogar em nome de suas culturas, mesmo que não mais existam em estado puro.

Segundo Barros (2007) a cidade é um agrupamento humano de proporções consideráveis. Assim, ao estudar o urbano, a dimensão populacional/social não pode deixar de ser considerada. Conforme esse autor, essa perspectiva implica considerar a cidade como “um determinado *efetivo populacional*, com determinadas características de *densidade e heterogeneidade*, mas associado a uma *localização permanente* em um espaço cujas especificidades devem ser consideradas” (BARROS, 2007, p. 56). Ademais, para ele, isso significaria também saber quem são os grupos heterogêneos e que atividades desempenham.

Nesse sentido, por volta de meados do século XIX, Gramado recebeu os primeiros colonizadores luso-brasileiros: o Coronel Francisco Alves dos Santos, que priorizou a atividade madeireira; o tropeiro José Manoel Corrêa Filho, que se dedicou, sobretudo, à pecuária; e Tristão José Francisco de Oliveira, também tropeiro, praticante de extrativismo, principalmente. Grande parte das terras, ainda pouco povoadas, mas demarcadas em 1880 e 1881, foram sendo, gradualmente, vendidas a outros colonizadores. Isso vale tanto para as pertencentes a José Manoel Corrêa Filho quanto para aquelas internegociadas pelo Coronel Francisco Alves dos Santos a João Petry, aos irmãos Henrique e Luiz Bier e a José Bernardes da Silva.

Primeiramente, vem uma nova leva de luso-brasileiros, com sobrenomes variados, como “Narciso”, “Santos”, “Ferreira”, “Teixeira”, “Dias”, “Pereira”, etc. Esses novos chegados, conforme mostram as genealogias, transcritas por Oliveira (2013), possuíam relações de parentesco com os “Corrêa” e os “Oliveira”. Logo, formar-se-ia uma pequena vila, com casas afastadas e interligadas por trilhas (DAROS, 1993).

Em seguida, serão criados novos núcleos de colonização espalhados no espaço. Em torno do ano de 1880, alguns filhos de Tristão de Oliveira, casados com descendentes de José Manoel Correa (OLIVEIRA, 2013), deslocaram-se para o norte e noroeste, fundando a localidade de

Linha Nova e Linha Bonita (PIZETTA, 1973), geograficamente próximas da colônia italiana de Caxias. Pizetta (1973) afirma que esse acontecimento revela o insucesso da agricultura no local inicial da colonização, dada à excessiva umidade do solo, que era um “banhado”, além do quase que total desmatamento da vegetação, explorada intensamente para a venda no comércio regional. E, como as famílias iam crescendo, era preciso encontrar locais melhores, mesmo que distantes, e fundar novos núcleos pioneiros.

Por volta de 1890, aproveitando o crescente movimento migratório no interior do Estado, as terras de José Manoel Correa seriam divididas, loteadas e vendidas, conforme informação e mapa apresentados por Casagrande (2006). A partir daí, inúmeras famílias ítalo-brasileiras foram em direção à Linha Nova e Linha Bonita (DAROS, 1993). Cabe ressaltar, que nesse mesmo contexto e período, a oeste, sul e sudeste, geograficamente mais próximos das colônias alemãs de Nova Petrópolis e São Leopoldo, também iniciariam diversos núcleos pioneiros de origem teuto-brasileira ou mista, dessa vez, a partir da venda de parte das terras de João Petry, dos irmãos Henrique e Luiz Bier e de José Bernardes da Silva.

Esse intenso fluxo de ítalo e teuto-brasileiros em direção a Gramado, a partir do último quartel do século XIX, formaria inúmeros outros núcleos pioneiros de colonização, as chamadas “linhas”, como são conhecidas, atualmente, as áreas rurais que constituem a zona limítrofe do município em todas as suas direções geográficas. Estavam, portanto, estabelecidas as bases da heterogeneidade sociocultural do espaço, previstas em Barros (2007). Segundo Reinheimer (1999), a principal marca dessas “linhas” ou “picadas”, trata-se do estabelecimento de laços étnicos comuns entre seus habitantes, materializados na economia, na convivência social e nos traços culturais, como língua, tradições e religião.

O isolamento e a segregação incentivaram o agrupamento étnico, mesmo que, na maioria das vezes, esses imigrantes tenham sido provenientes de diferentes regiões da Alemanha e da Itália. Em reação, mantiveram os laços identitários e assimilaram e/ou adaptaram traços da cultura brasileira que fossem convenientes. O resultado será o surgimento do “teuto-brasileiro” e do “ítalo-brasileiro”, tipos específicos de descendentes de alemães e italianos que viviam no Brasil, possuindo um senso de “consciência esquizoide” em relação ao “outro”, o brasileiro (REINHEIMER, 1999).

O tipo específico de produção social do espaço nas “linhas” foi em termos de “núcleos coloniais”, como pontua Reinheimer (1999). Suas características foram a pequena propriedade, a policultura e a mão de obra livre e familiar. Ademais, eram praticadas atividades complementares, como o comércio, além das industriais rudimentares, de beneficiamento dos produtos coloniais, como moinhos, atafonas, descascadores, alambiques e vinícolas

(REINHEIMER, 1999). Do ponto de vista social e cultural, os centros locais dessas comunidades étnicas eram a casa comercial, a escola, a igreja e a sociedade, que foram irradiadores de urbanização, tendo em vista que representavam o elo com o centro regional: a cidade (REINHEIMER, 1999).

Esse movimento migratório interno de luso, ítalo e teuto-brasileiros, o qual colonizaria os mais remotos recantos de Gramado, produzindo seu espaço, acarretará em mudança no status político do território, que evolui, em 1904, para Quinto Distrito de Taquara, sendo Linha Nova a sede. Posteriormente, no ano de 1913, ocorre a transferência da sede para o local definitivo, onde está ainda hoje.

Embora o maior fluxo tenha sido no último quartel do século XIX, ainda haveria outra leva de imigração germânica, dessa vez na primeira metade do século XX, sobretudo após o final da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Ela será responsável por engrossar ainda mais as fileiras socioculturais de Gramado, dessa vez, porém, com maior requinte e influência. Nessa época, apareceu uma elite culta, composta de professores, escrivães, militares, médicos, pintores, agrimensores, músicos, farmacêuticos, além de um dentista e um alfaiate. Esta elite seria responsável por construir parques, lagos artificiais, incentivar a arborização e o ajardinamento do município, através do plantio de flores diversas, assim como outras plantas e árvores exóticas. Ademais, inaugurariam a era das casas de veraneio e incentivariam a visitação a locais de balneário naturais, como as cascatas (BLUM, 1987; DRECKSLER; KOPPE, 1993; BERTOLUCI, 1999; KNORR, 2000; SPARREMBERGER, 2000).

Quanto aos outros descendentes de imigrantes alemães e italianos, que habitaram (e alguns ainda habitam) as “linhas” do interior da cidade, uma vez migrando para a nova sede, começarão a engajar-se politicamente. Futuramente, tomarão essas bases socioculturais e transformá-las-ão num discurso para o ordenamento e planejamento territorial, tendo em vista alavancar o turismo. Tal discurso será um amálgama composto de língua, culinária, festividades e, acima de tudo, a arquitetura. Essas características fundem-se num dos principais eventos do município: a Festa da Colônia, que teve sua primeira edição em 1985.

O avanço da ferrovia sobre o território de Gramado intensificará o fluxo de turistas, dando início à efetiva urbanização do espaço. A partir de então, os empregos atrativos do setor turístico darão início ao processo de êxodo rural, outro elemento característico da urbanização, que lhe conferirá a densidade e permanência desta, como trata Barros (2007). Ademais, a heterogeneidade cultural típica das cidades e a ameaça da perda de identidade, perante os “estranhos”, farão esses migrantes interespaciais atrelarem-se aos seus laços étnicos. As formas serão desde ressaltá-los na nomenclatura e arquitetura de seus empreendimentos econômicos ou

no caráter deles, como os restaurantes, até no depósito de sua fé em políticos de sobrenomes conhecidos, marcadores da germanidade ou italianidade.

Novamente, tomando como base os dados compilados por Cardoso (2006), elaborou-se outro quadro, contendo a quantificação dos políticos gramadenses correspondentes à cada etnia. Com esse levantamento, se percebe que os políticos de origem lusa são minoria e os de origem alemã e italiana, maioria, apesar de também ser significativa a presença social da primeira etnia em Gramado.

Tabela 3 – Quantidade de políticos por etnia

Etnia	Nº de políticos
Portuguesa	20
Alemã	50
Italiana	64

Fonte: Elaborado a partir dos dados de Cardoso (2006).

Tudo isso também estará relacionado à prioridade do discurso cultural. Ademais, acreditamos que o apego da população migrante, do rural ao urbano, a esses “sobrenomes” presentes na política é um resquício do critério de Nacionalismo, típico de países como Alemanha e Itália. A partir dele, vale o princípio do *jus sanguinis* (direito de sangue), ou seja, só é considerado cidadão aquele que descende de habitantes desses dois países, independentemente de onde nasceu (RAHMEIER, 2009). Essa mentalidade, então, segundo cremos, manter-se-ia na “longa duração”, conforme a formulação de tempo histórico, proposta por Fernand Braudel (1990).

Apesar da tentativa discursiva de afirmação da pureza cultural ou, então, da supervalorização de uma etnia em detrimento de outra, ou ainda do reavivamento do que está desaparecendo, acaba que a experiência real, não revela nem um desses aspectos. Assim sendo, a urbanização, que tem como característica a heterogeneidade cultural, não conduz à homogeneidade nem ao desaparecimento. De acordo com Canclini (1990) – estudioso da cultura – como a modernização é desigual, coexistem no espaço, tornado heterogêneo e multitemporal, inúmeros tipos “híbridos”, resultantes da mescla de um tipo de “tradicional” com outro, do “tradicional” com o “moderno”, do “local” com o “estrangeiro”, do “culto” com o “popular”, etc. – os quais, todos, intensificam-se com a expansão urbana.

Diante disso, com a expansão urbana em detrimento da rural, nada do que é “tradicional”, “local” ou “popular” se extingui, apenas se transforma. Durante esse processo de transformação, o que parecia ter sumido acaba se difundindo, sobretudo, pelas novas tecnologias de comunicação, e atraindo turistas e consumidores urbanos. Estes veem nisso algo diferenciado, que a industrialização padronizadora não é capaz de oferecer (CANCLINI, 1990).

Em meio a uma “época de incertezas”, de globalização econômica e humana, quando os “estranhos” e diferentes batem às portas, cresce o desejo de fazer parte de uma comunidade de semelhantes. Assim, a etnicidade torna-se a forma mais adequada de identificação e segurança (BAUMAN, 2001, 2017; BAUMAN, RAUD, 2018) em meio à crise das identidades, que têm se tornado cada vez mais plurais e fragmentárias (HALL, 2006).

Portanto, esse contexto de insegurança e ânsia por identidade, inaugurado pelo auge da globalização, a partir da década de 1970, será mais que propício para ressaltar as características socioculturais de Gramado. Através de uma aliança público-privada, serão promovidos alguns locais da cidade em detrimento de outros e um novo tipo de planejamento espacial, evidenciando a “germanidade” da arquitetura e ordenando o espaço para melhor atender o turista.

Considerações finais

Do ponto de vista social, a pesquisa é relevante porque trata dos efeitos sociais de processos históricos do tempo presente, como é o caso da formação dos municípios brasileiros e suas dinâmicas espaciais. Igualmente, buscou-se compreender as transformações urbanas, decorrentes da ascensão de novas práticas econômicas, a exemplo do turismo, que devem ser encaradas como problema social contemporâneo, causador de segregação entre classes sociais por meio da elitização do território, como é o caso de Gramado.

Para a esfera acadêmica, o assunto tem relevância, uma vez que exemplifica as origens históricas de um problema contemporâneo, que é a dinâmica das relações em um contexto local. Além disso, tal intento foi realizado por meio de abordagem interdisciplinar, contemplando História, Geografia, Sociologia e Turismo. Cabe ressaltar, também, que, existem diversos estudos de memorialistas acerca da história de Gramado, porém carecem de aprofundamento teórico e metodologia adequada, algo, por sua vez, intrínseco a estudos historiográficos acadêmicos.

A cidade de Gramado foi escolhida, porque reflete, em escala local, muitos acontecimentos da escala nacional e global, que se desencadeiam a partir da década de 1970, cujos desdobramentos ainda são bem presentes. Na esfera global, tem-se a intensificação da globalização cultural, econômica e política, a primeira grande crise econômica desde o pós-guerra, a decadência do Estado de Bem-Estar Social, o aumento do desemprego, das desigualdades sociais e das migrações, a industrialização de certas regiões em detrimento de outras, a ascensão de práticas econômicas diversificadas, tendo como base os serviços e o consequente surgimento dos espaços urbanos “espetacularizados”, que os contêm.

Em nível nacional, na década de 1970, revelam-se de modo mais evidente, os reflexos das transformações políticas, econômicas e sociais, inauguradas, desde 1964, pelo Regime Civil-Militar. Como parte da ideologia do período, perseguições e interferências políticas, incentivos à industrialização e outras práticas econômicas, como o turismo, incentivos à modernização da infraestrutura e ao consumo, foram uma constante. Além disso, ocorre a intensificação da urbanização, do êxodo rural e aumenta a mobilidade e a comunicação entre as várias regiões do Brasil e no interior delas. Por fim, têm-se a própria decadência e falência do regime, a partir do final dessa década, também seguida de consequências políticas e econômicas.

Dessa forma, o *macro* global e nacional refletiu no *micro*, que é o município de Gramado. Em decorrência disso, apresenta-se a nós, uma cidade turística, com uma identidade própria. Essa identidade é resultante de um amálgama de fatores, manifestados no espaço urbano das mais diversas formas, através da arquitetura, festividades, eventos, lojas, restaurantes, hotéis, museus, parques temáticos, etc. A soma de tudo, faz de Gramado um município, conhecido nacional e internacionalmente, por turistas, pelos seus “chalés suíços” ou, então, os “edifícios enxaimel”, além dos restaurantes de *fondue*, do Natal Luz e da aura de paz e tranquilidade que os fazem retornar à época colonial.

Em relação à História de Gramado, a academia carece de estudos históricos propriamente ditos. Há unicamente uma dissertação de mestrado de Gilnei Ricardo Casagrande (2006), intitulada “Um cheiro de vinho: presença italiana em Gramado”, que teve como objetivo analisar a trajetória e o cotidiano de imigrantes italianos ou de seus descendentes na cidade, reconstruindo vivências e buscando esclarecer sua inserção social. Existem outros trabalhos acadêmicos, realizados principalmente a partir dos anos 2000, que incluem a dimensão histórica de Gramado, mas que pertencem a outras áreas do conhecimento, distintas ou correlatas da História, como Antropologia Social, Sensoriamento Remoto, Planejamento Urbano e Regional, Geografia, Comunicação Social, Ciências Econômicas, Turismo e Desenvolvimento Regional, estando a maior quantidade deles entre as duas últimas.

Dessa forma, a pesquisa buscou contribuir para a compreensão do processo histórico de formação de Gramado, numa perspectiva que permitisse melhor entender a produção das dinâmicas econômica, social e política, que por sua vez explicam muitas das características que constituem o município no tempo presente e o fazem ser conhecido como aquilo que muitos chamam de a “Suiça brasileira”, localizada no extremo sul do Brasil.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. História, Região e Espacialidade. *Revista de História Regional*, v. 10, n. 1, p. 95-129, Verão, 2005.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. O tropeirismo na formação do Sul. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (Dir.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1, p. 171-187 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BEHREND, Cláudio. Etapas do turismo. In: KOPPE, Iraci. *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: Metrópole, 1999, p. 189-193.

BERTI, Franciele. *Luxo e sofisticação nas vitrines da Borges: turismo e gentrificação comercial no espaço urbano de Gramado (RS)*. 2018. 130 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Faculdades Integradas de Taquara, Taquara, 2018.

BERTOLUCI, Jorge Luiz. Leopoldo Rosenfeldt. In: KOPPE, Iraci. *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: Metrópole, 1999, p. 61-67.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BLUM, Germano Marcolino (Org.). *Gramado, simplesmente Gramado*. Gramado: Prefeitura Municipal de Gramado, 1987.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la Modernidad*. D.F., México: Editorial Grijalbo, 1990.

CARDOSO, Maria Aparecida Wolff. *Memória Legislativa da Câmara de Vereadores de Gramado*. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

CASAGRANDE, Gilnei Ricardo. *Um cheiro de vinho: presença italiana em Gramado*. 2006. 106 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DAROS, Marília. *Janelas, Portas, Varandas e... Saudade: Gramado em algum momento do passado*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

DAROS, Marília. Do tropeirismo ao turismo: caminhos e atalhos que formaram Gramado. In: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; VIANNA, Maria Leda Costa; BARROSO, Vera Lucia Maciel. *Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995.

DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 2000.

DRECKSLER, Carlos Gilberto; KOPPE, Iraci Casagrande. *Era uma Vez...!* Relatos de Gramado. Edição Comemorativa aos 25 Anos do Orbis Club de Gramado e 10 anos do Jornal de Gramado. Canoas: Escola Profissional La Salle, 1993.

ENGELMANN, Erni Guilherme. *A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo*. Igrejinha: Edição do Autor, 2005, v. II.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/serie-historica/> Acesso em: 16 out. 2020.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FERNANDES, Doris Rejane. O povoamento pioneiro das terras do Mundo Novo. In: MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto; BARROSO, Vera Lucia Maciel. *Raízes de Taquara*. Porto Alegre: EST, 2008, p. 26-32.

FERNANDES, Doris Rejane. Dos caminhos de tropeiros às moradas de favor, às fazendas, à cidade de Taquara: História do século XVIII ao XX. In: REINHEIMER, Dalva *et al.* *Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p 15-34.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de. *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 101-124.

FORNER, Larissa Aparecida; TOSI, Pedro Geraldo. Imigrante Italiano: de mão-de-obra para lavoura ao acesso à propriedade: um estudo dos núcleos coloniais (1880-1920). In: *Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH – MG)*. Mariana, Minas Gerais, julho, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340755046_ARQUIVO_Comunicacao-Larissa.pdf. Acesso em 07 out. 2019.

GEVEHR, D. L.; VENDRAME, M. I.; BASSAN, D. S. **Pensando o desenvolvimento a partir de uma redução de escala: o método da micro-história**. Revista de História Regional, [S. l.], v. 26, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/17131>. Acesso em: 21 ago. 2024.

GERTZ, René. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando. *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 47-66.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: *Seminário Internacional sobre Múltiplas Territorialidades*, 1º Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades. Porto Alegre: UFRGS, 23 set. 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e colonização*. In: Revista Justiça & História, v. 3, n. 5, 2003 Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaicho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_Iotti.pdf>. Acesso em: 07 out. 2019.

KERN, Marilu Bielski. *Montanhas e dormentes: considerações sobre a construção do ramal ferroviário Taquara-Canela e sua influência no início do veraneio na Serra Gaúcha*. 2006. 91 p. Monografia (Graduação em História), Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

KNORR, Ilga Korndörfer. Parque Knorr: por um ideal. In: DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 108-114.

KOPPE, Iraci Casagrande; DRECKSLER, Carlos Gilberto. *Era uma vez...! relatos de Gramado*. Gramado: Nogbeck, 1993.

KÜHN, Fábio. A prática do dom: família, dote e sucessão. In: CAMARGO, Fernando; GUTFREIND, Ieda; REICHEL, Heloisa (Dir.). *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006, v. 1, p. 225-239 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LIMBERGER, Emiliano J. K. Amstad & o cooperativismo na região de Gramado. . In: DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 106-108.

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *Terras, Senhores, Homens Livres, Colonos e Escravos na Ocupação da Fronteira no Vale dos Sinos*. 2003. Tese (Doutorado em História), Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

MOSSMANN SOBRINHO, Paulo Gilberto; REINHEIMER, Dalva. A emancipação de Taquara do Mundo Novo: um evento de intensas (re) articulações políticas. In: REINHEIMER, Dalva *et al. Caminhando pela cidade: apropriações históricas de Taquara em seus 125 anos*. Porto Alegre: Evangraf, 2011, p. 35-47.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Aurorescer das sesmarias serranas: história e genealogia*. Porto Alegre: EST, 1996.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. Terras e Posseiros. In: KOPPE, Iraci (Coord.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: Metrópole, 1999, p. 13-21.

OLIVEIRA, Sebastião Fonseca de. *Antigos Povoadores de Gramado*. Gramado: Editora das Hortênsias, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: “Estado autoritário e economia”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 193-228.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

PIZETTA, Mário. *Gramado: ontem e hoje*. Caxias do Sul: Paulinas, 1973.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. *Relações diplomáticas e militares entre a Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)*. 2009. 390 p. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

REINHEIMER, Dalva Neraci. Porto Alegre e a imigração no século XIX. *Estudos Leopoldenses*, v. 3, n. 2, p. 115-132, 1999.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. 2007. 238 p. Tese (Doutorado em História), Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, José Manuel Figueiredo. A marcação turística do Romantismo. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, v. 9, n. 2, p. 290-307, abr./jun., 2017.

SEYFERT, Giralda. Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: SEYFERT, Giralda; PÓVOA, Helion; ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de O. (Orgs.). *Mundos em movimento: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007, p. 15-45.

SPARREMBERGER, Iara. Identidade cultural de Gramado. In: DAROS, Marília; BARROSO, Vera Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Gramado*. Porto Alegre: EST, 2000, p. 137-139.

STROHAECKER, Tania Marques. Urbanização. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein; RIEDL, Mario (Orgs.). *Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos*. Porto Alegre: Conceitos, 2017, p. 426-427.

VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.